

Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital	1
-----------------------	---

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo	2
---------------------------	---

Balanço Patrimonial Passivo	3
-----------------------------	---

Demonstração do Resultado	4
---------------------------	---

Demonstração do Resultado Abrangente	5
--------------------------------------	---

Demonstração do Fluxo de Caixa	6
--------------------------------	---

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	7
--------------------------------	---

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	8
--------------------------------	---

Demonstração do Valor Adicionado	9
----------------------------------	---

DFs Consolidadas

Balanço Patrimonial Ativo	10
---------------------------	----

Balanço Patrimonial Passivo	11
-----------------------------	----

Demonstração do Resultado	12
---------------------------	----

Demonstração do Resultado Abrangente	13
--------------------------------------	----

Demonstração do Fluxo de Caixa	14
--------------------------------	----

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013	15
--------------------------------	----

DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012	16
--------------------------------	----

Demonstração do Valor Adicionado	17
----------------------------------	----

Comentário do Desempenho	18
--------------------------	----

Notas Explicativas	19
--------------------	----

Pareceres e Declarações

Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva	37
--	----

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Trimestre Atual 30/09/2013
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	12.504.967
Preferenciais	0
Total	12.504.967
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	781.218	745.509
1.01	Ativo Circulante	2.661	4.065
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	214	214
1.01.03	Contas a Receber	358	1.928
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	358	1.928
1.01.04	Estoques	1.142	1.142
1.01.06	Tributos a Recuperar	585	532
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	585	532
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	362	249
1.02	Ativo Não Circulante	778.557	741.444
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	697.218	655.621
1.02.01.03	Contas a Receber	414.970	393.155
1.02.01.03.01	Clientes	74.463	53.610
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	340.507	339.545
1.02.01.06	Tributos Diferidos	281.757	261.971
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	281.757	261.971
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	491	495
1.02.01.08.02	Créditos com Controladas	491	495
1.02.02	Investimentos	1	1
1.02.02.01	Participações Societárias	1	1
1.02.02.01.02	Participações em Controladas	1	1
1.02.03	Imobilizado	81.244	85.728
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	81.244	85.728
1.02.04	Intangível	94	94
1.02.04.01	Intangíveis	94	94

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	781.218	745.509
2.01	Passivo Circulante	50.566	42.046
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	16.818	12.278
2.01.01.01	Obrigações Sociais	16.818	12.278
2.01.02	Fornecedores	4.210	5.204
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.210	5.204
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.074	23.150
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.795	5.599
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.795	5.599
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.436	7.148
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	12.843	10.403
2.01.06	Provisões	1.464	1.414
2.01.06.02	Outras Provisões	1.464	1.414
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	1.464	1.414
2.02	Passivo Não Circulante	876.126	759.173
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	592.485	529.646
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	592.485	529.646
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	592.485	529.646
2.02.02	Outras Obrigações	13.023	10.255
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	13.023	10.255
2.02.02.01.02	Débitos com Controladas	13.023	10.255
2.02.04	Provisões	196.155	165.662
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	185.792	156.608
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	156.395	124.989
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	18.636	21.149
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.761	10.470
2.02.04.02	Outras Provisões	10.363	9.054
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	5.877	5.655
2.02.04.02.02	Provisões para Reestruturação	4.486	3.399
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	74.463	53.610
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	74.463	53.610
2.03	Patrimônio Líquido	-145.474	-55.710
2.03.01	Capital Social Realizado	41.000	41.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-190.161	-100.456
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.687	3.746

DFs Individuais / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	732	2.783	5.521	10.735
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-826	-2.536	-597	-1.589
3.03	Resultado Bruto	-94	247	4.924	9.146
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.095	-66.094	268.640	274.822
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.040	-39.364	-2.717	-9.782
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	0	-10.237	-10.237
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	97	97
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.604	-25.642	281.497	281.497
3.04.06	Resultado de Equivalência Patrimonial	-451	-1.088	0	13.247
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-17.189	-65.847	273.564	283.968
3.06	Resultado Financeiro	68	-43.712	-6.037	-11.831
3.06.01	Receitas Financeiras	73	463	737	19.967
3.06.02	Despesas Financeiras	-5	-44.175	-6.774	-31.798
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-17.121	-109.559	267.527	272.137
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.641	19.786	1.407	4.082
3.08.02	Diferido	-2.641	19.786	1.407	4.082
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-19.762	-89.773	268.934	276.219
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	-19.762	-89.773	268.934	276.219
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido do Período	-19.762	-89.773	268.934	276.219
4.03	Resultado Abrangente do Período	-19.762	-89.773	268.934	276.219

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	-5.198
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	8.686	-9.378
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-8.686	4.180
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	4.346
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	851
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	214	215
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	214	214

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	3.746	-100.456	0	-55.710
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	3.746	-100.456	0	-55.710
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-89.773	0	-89.773
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-89.773	0	-89.773
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-59	68	0	9
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-59	68	0	9
5.07	Saldos Finais	41.000	0	3.687	-190.161	0	-145.474

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	3.746	-277.264	0	-232.518
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	3.746	-277.264	0	-232.518
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	276.219	0	276.219
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	276.219	0	276.219
5.07	Saldos Finais	41.000	0	3.746	-1.045	0	43.701

DFs Individuais / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	2.783	11.774
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.758	11.677
7.01.02	Outras Receitas	25	97
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-35.280	267.816
7.02.01	Custos Prods., Merchs. e Servs. Vendidos	-2.280	-1.589
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.657	-1.855
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-10.237
7.02.04	Outros	-31.343	281.497
7.03	Valor Adicionado Bruto	-32.497	279.590
7.04	Retenções	-2.121	-6.378
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.121	-6.378
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-34.618	273.212
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	-625	33.214
7.06.01	Resultado de Equivalência Patrimonial	-1.088	13.247
7.06.02	Receitas Financeiras	463	19.967
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-35.243	306.426
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-35.243	306.426
7.08.01	Pessoal	3.287	1.152
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.792	932
7.08.01.02	Benefícios	241	157
7.08.01.03	F.G.T.S.	254	63
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-18.574	-2.863
7.08.02.01	Federais	-18.583	-2.870
7.08.02.03	Municipais	9	7
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	69.817	31.918
7.08.03.01	Juros	69.817	31.798
7.08.03.02	Aluguéis	0	120
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-89.773	276.219
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-89.773	276.219

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Ativo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
1	Ativo Total	780.727	745.508
1.01	Ativo Circulante	2.661	4.065
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	214	214
1.01.03	Contas a Receber	358	1.928
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	358	1.928
1.01.04	Estoques	1.142	1.142
1.01.06	Tributos a Recuperar	585	532
1.01.06.01	Tributos Correntes a Recuperar	585	532
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	362	249
1.02	Ativo Não Circulante	778.066	741.443
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	696.728	655.621
1.02.01.03	Contas a Receber	414.970	393.155
1.02.01.03.01	Clientes	74.463	53.610
1.02.01.03.02	Outras Contas a Receber	340.507	339.545
1.02.01.06	Tributos Diferidos	281.757	261.971
1.02.01.06.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	281.757	261.971
1.02.01.08	Créditos com Partes Relacionadas	1	495
1.02.01.08.04	Créditos com Outras Partes Relacionadas	1	495
1.02.03	Imobilizado	81.244	85.728
1.02.03.02	Imobilizado Arrendado	81.244	85.728
1.02.04	Intangível	94	94
1.02.04.01	Intangíveis	94	94

DFs Consolidadas / Balanço Patrimonial Passivo**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 30/09/2013	Exercício Anterior 31/12/2012
2	Passivo Total	780.727	745.508
2.01	Passivo Circulante	51.359	42.760
2.01.01	Obrigações Sociais e Trabalhistas	17.301	12.623
2.01.01.01	Obrigações Sociais	17.301	12.623
2.01.02	Fornecedores	4.214	5.207
2.01.02.01	Fornecedores Nacionais	4.214	5.207
2.01.03	Obrigações Fiscais	28.380	23.516
2.01.03.01	Obrigações Fiscais Federais	7.798	5.694
2.01.03.01.01	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	7.798	5.694
2.01.03.02	Obrigações Fiscais Estaduais	7.706	7.396
2.01.03.03	Obrigações Fiscais Municipais	12.876	10.426
2.01.06	Provisões	1.464	1.414
2.01.06.02	Outras Provisões	1.464	1.414
2.01.06.02.01	Provisões para Garantias	1.464	1.414
2.02	Passivo Não Circulante	874.842	758.458
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	592.564	529.714
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	592.564	529.714
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	592.564	529.714
2.02.02	Outras Obrigações	12.544	10.255
2.02.02.01	Passivos com Partes Relacionadas	12.544	10.255
2.02.02.01.04	Débitos com Outras Partes Relacionadas	12.544	10.255
2.02.04	Provisões	195.271	164.879
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	189.394	159.224
2.02.04.01.01	Provisões Fiscais	156.905	125.191
2.02.04.01.02	Provisões Previdenciárias e Trabalhistas	21.728	23.563
2.02.04.01.04	Provisões Cíveis	10.761	10.470
2.02.04.02	Outras Provisões	5.877	5.655
2.02.04.02.01	Provisões para Garantias	5.877	5.655
2.02.06	Lucros e Receitas a Apropriar	74.463	53.610
2.02.06.02	Receitas a Apropriar	74.463	53.610
2.03	Patrimônio Líquido Consolidado	-145.474	-55.710
2.03.01	Capital Social Realizado	41.000	41.000
2.03.05	Lucros/Prejuízos Acumulados	-190.161	-100.456
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	3.687	3.746

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	732	2.783	5.521	10.735
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-826	-2.536	-597	-1.589
3.03	Resultado Bruto	-94	247	4.924	9.146
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-17.083	-65.992	281.887	274.822
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-7.479	-40.350	-2.717	-9.782
3.04.03	Perdas pela Não Recuperabilidade de Ativos	0	0	-10.237	-10.237
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	0	0	97	97
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-9.604	-25.642	294.744	294.744
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	-17.177	-65.745	286.811	283.968
3.06	Resultado Financeiro	59	-43.811	-19.284	-11.831
3.06.01	Receitas Financeiras	73	463	-12.521	19.967
3.06.02	Despesas Financeiras	-14	-44.274	-6.763	-31.798
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	-17.118	-109.556	267.527	272.137
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-2.641	19.786	1.407	4.082
3.08.02	Diferido	-2.641	19.786	1.407	4.082
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	-19.759	-89.770	268.934	276.219
3.11	Lucro/Prejuízo Consolidado do Período	-19.759	-89.770	268.934	276.219
3.11.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-19.759	-89.770	268.934	276.219
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)				

DFs Consolidadas / Demonstração do Resultado Abrangente**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Trimestre Atual 01/07/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Igual Trimestre do Exercício Anterior 01/07/2012 à 30/09/2012	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
4.01	Lucro Líquido Consolidado do Período	-19.762	-89.773	268.934	276.219
4.03	Resultado Abrangente Consolidado do Período	-19.762	-89.773	268.934	276.219
4.03.01	Atribuído a Sócios da Empresa Controladora	-19.762	-89.773	268.934	276.219

DFs Consolidadas / Demonstração do Fluxo de Caixa - Método Indireto**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	0	-5.198
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	15.610	-9.378
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-15.610	4.180
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	0	4.346
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	0	851
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	0	-1
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	214	215
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	214	214

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2013 à 30/09/2013**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	3.746	-100.456	0	-55.710	0	-55.710
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	3.746	-100.456	0	-55.710	0	-55.710
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	-89.773	0	-89.773	0	-89.773
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	-89.773	0	-89.773	0	-89.773
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	-59	68	0	9	0	9
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	-59	68	0	9	0	9
5.07	Saldos Finais	41.000	0	3.687	-190.161	0	-145.474	0	-145.474

DFs Consolidadas / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2012 à 30/09/2012**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido	Participação dos Não Controladores	Patrimônio Líquido Consolidado
5.01	Saldos Iniciais	41.000	0	3.746	-277.264	0	-232.518	0	-232.518
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	41.000	0	3.746	-277.264	0	-232.518	0	-232.518
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	276.219	0	276.219	0	276.219
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	276.219	0	276.219	0	276.219
5.07	Saldos Finais	41.000	0	3.746	-1.045	0	43.701	0	43.701

DFs Consolidadas / Demonstração do Valor Adicionado**(Reais Mil)**

Código da Conta	Descrição da Conta	Acumulado do Atual Exercício 01/01/2013 à 30/09/2013	Acumulado do Exercício Anterior 01/01/2012 à 30/09/2012
7.01	Receitas	2.783	11.774
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	2.758	11.677
7.01.02	Outras Receitas	25	97
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-36.267	281.063
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-2.280	-1.589
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-1.657	-1.855
7.02.03	Perda/Recuperação de Valores Ativos	0	-10.237
7.02.04	Outros	-32.330	294.744
7.03	Valor Adicionado Bruto	-33.484	292.837
7.04	Retenções	-2.121	-6.378
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-2.121	-6.378
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	-35.605	286.459
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	463	19.967
7.06.02	Receitas Financeiras	463	19.967
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	-35.142	306.426
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	-35.142	306.426
7.08.01	Pessoal	3.287	1.152
7.08.01.01	Remuneração Direta	2.792	932
7.08.01.02	Benefícios	241	157
7.08.01.03	F.G.T.S.	254	63
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	-18.574	-2.863
7.08.02.01	Federais	-18.583	-2.870
7.08.02.03	Municipais	9	7
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	69.918	31.918
7.08.03.01	Juros	69.918	31.798
7.08.03.02	Aluguéis	0	120
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	-89.773	276.219
7.08.04.03	Lucros Retidos / Prejuízo do Período	-89.773	276.219

Acionistas,

Apresentamos nosso Relatório e Demonstrações Financeiras referentes ao terceiro trimestre do ano de 2013, encerrado em 30 de Setembro de 2013.

Tanto nas contas do Ativo como no Passivo Circulante não houveram mudanças importantes, em relação ao Balanço de 30/06/13.

As variações ocorridas no circulante a Longo Prazo decorrem essencialmente das atualizações monetárias.

O Passivo da IGB na Recuperação Extrajudicial homologado será coberto por receitas decorrentes do contrato de arrendamento com a CBTD – Companhia Brasileira de Tecnologia Digital.

Permanecemos à inteira disposição dos acionistas para maiores esclarecimentos.

São Paulo, 30 de Setembro de 2013.

À ADMINISTRAÇÃO

IGB ELETRÔNICA S/A
CNPJ 43.185.362/0001-07

NOTAS EXPLICATIVAS

1. Contexto operacional

Atualmente a IGB Eletrônica S.A. ("IGB" ou "Companhia") tem como objetivo administrar seu passivo, o qual vem sendo equacionado por meio da alocação de recursos provenientes do aluguel de determinados imóveis industriais e comerciais, assim como do arrendamento, para a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital ("CBTD"), da marca "Gradiente", de máquinas, de equipamentos e de alguns imóveis específicos, com o fim de viabilizar, por meio desta nova empresa, a produção e comercialização de produtos de eletrônica de consumo. Com essas medidas, a IGB tem, conseguido reduzir drasticamente seus custos fixos e, como consequência, alocar suas receitas ao pagamento de suas dívidas.

2. Apresentação das demonstrações financeiras e principais práticas contábeis

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, com base nas disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações e, ainda, em consonância com os requisitos das normas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, seguindo critérios uniformes em relação àqueles adotados no encerramento do último exercício social.

As demonstrações financeiras da Companhia incluem, portanto, estimativas referentes às vidas úteis do ativo imobilizado, às provisões necessárias para passivos contingentes e às determinações de outras provisões similares. Os resultados reais podem, portanto, apresentar variações em relação a essas estimativas.

(a) Apuração do resultado

O resultado é apurado pelo regime de competência.

(b) Ativos e passivos sujeitos à indexação

Os ativos e passivos em reais e contratualmente sujeitos à indexação são atualizados aplicando-se os índices correspondentes. Os ganhos e perdas cambiais e as variações monetárias são reconhecidos no resultado do período.

Notas Explicativas

(c) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e contribuição social, quando incidentes, são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidos do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre lucro líquido, considerando a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social.

(d) Outros ativos e passivos circulantes e a longo prazo

São demonstrados pelos valores de realização (ativos) e pelos valores conhecidos e calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas (passivos).

(e) Avaliação do valor recuperável de ativos (teste de "impairment")

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos com o objetivo de avaliar se há eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perdas ajustando o valor contábil líquido do ativo ao seu valor recuperável.

(f) Ajuste a valor presente

Conforme avaliado pela Companhia, não houve a necessidade de ajuste a valor presente aos ativos e passivos de curtos e longos prazos em atendimento ao previsto no CPC 12.

(g) Arrendamento de Ativos

A partir de 01/07/11 passou a vigorar o Contrato de Arrendamento de Ativos / Opções que a companhia celebrou com a CBTD – Companhia Brasileira de Tecnologia Digital. Através de tal contrato, a companhia realizará entre julho de 2013 e março de 2020 um resultado de R\$ 439,6 milhões, que se destinará a quitar os passivos com Credores (nota 10) nos mesmos prazos, vencimentos e indexação. Os Passivos estão incluídos no Plano de Recuperação Extrajudicial homologado em maio de 2010 e posteriormente aditivado. O arrendamento refere-se a bens de propriedade intelectual (75% do valor) e parte do ativo imobilizado da empresa (25% do valor). A IGB arrendou cerca de 12% dos imóveis. Conseqüentemente não estão incluídos no arrendamento 88% dos imóveis (terrenos e edificações) e ferramental da IGB.

Notas Explicativas

(h) Consolidação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras consolidadas em 30 de setembro de 2013 e de 2012 foram preparadas de acordo com as práticas contábeis e as instruções normativas da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, abrangendo as demonstrações financeiras da Companhia e suas controladas diretas, conforme abaixo:

	Participação - %	
	2013	2012
Pókios Armazéns Gerais Ltda.	99,99	99,99
Compañia Tilestar S.A.	100,00	100,00

Na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas demonstrações encerradas na mesma data-base, com adoção uniforme das práticas contábeis.

Sobre demonstrações financeiras das subsidiárias no exterior Companhia Tilestar S.A., sediada no Uruguai, foram constituídas provisões para perda em todas as contas do balanço, de modo a não impactar as demonstrações Contábeis da Controladora.

Foram eliminados os investimentos na proporção da participação detida pela investidora nos patrimônios líquidos e nos resultados das investidas e, os saldos ativos, passivos, receitas, despesas e resultados não realizados decorrentes de operações entre as empresas consolidadas.

3. Contas a Receber

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Contas a receber	49.251	49.958	49.251	49.958
Provisão para devedores duvidosos	(49.251)	(49.958)	(49.251)	(49.958)
	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>	<u>0</u>

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado e entregue. A provisão para devedores duvidosos é a melhor estimativa que a Companhia possui e seu montante é considerado pela Administração suficiente para cobrir eventuais perdas com clientes. As contas a receber são baixadas contra a provisão para devedores duvidosos após todos os meios de cobrança terem se esgotado e a possibilidade de recuperação dos valores a receber ser considerada remota.

No exercício anterior, por conservadorismo, a companhia registrou provisão no montante de 100% dos recebíveis. No entanto a companhia busca com a

Notas Explicativas

assessoria de escritório de advocacia especializada, receber os valores a que julga ter direito, alguns valores já recebidos foram automaticamente ajustados às baixas das provisões e reconhecimento do recebimento.

4. Estoques

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Produtos acabados e mercadorias para revenda	5.488	5.488	5.488	5.488
Matérias primas	27.855	27.855	27.855	27.855
(-) Provisão para perdas na realização	(32.201)	(32.201)	(32.201)	(32.201)
	<u>1.142</u>	<u>1.142</u>	<u>1.142</u>	<u>1.142</u>

A Companhia está potencialmente sujeita a risco de obsolescência dos estoques devido à descontinuidade de produtos; dessa forma, a Companhia tem constituído provisões para obsolescência dos estoques e de redução ao valor de mercado, cujo saldo em 30 de Setembro de 2013 é de R\$ 32.201, avaliados pelo custo médio de aquisição ou produção, inferiores aos custos de reposição ou valores de realização.

5. Outras contas a receber

<u>Tributos a Recuperar</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Curto prazo				
IPI (a)	66	66	66	66
Outros	519	466	519	466
	<u>585</u>	<u>532</u>	<u>585</u>	<u>532</u>
Longo prazo				
Provisão p/ realização Taxa Suframa	324.893	324.893	324.893	324.893
Depósitos Judiciais	5.408	4.887	5.408	4.887
Carteira de Comércio Exterior – CACEX (c)	7.271	6.880	7.271	6.880
Precatório Telefunken e (d) IPI (a)	2.935	2.885	2.935	2.885
Total	340.507	339.545	340.507	339.545

Notas Explicativas

(a) Impostos sobre Produtos Industrializados - IPI

O saldo compõe-se de créditos gerados nas operações de compra de matérias-primas destinadas à reposição para garantia de produtos, podendo ser compensado com tributos da mesma natureza.

(b) Carteira de Comércio Exterior - CACEX

Os valores registrados são oriundos, substancialmente, de repetição de indébito da taxa de expediente cobrada pela CACEX, atual DECEX. Em julho de 2007 o Superior Tribunal de Justiça – STJ deferiu integralmente o crédito da Companhia, tendo ocorrido o trânsito em julgado em 14 de agosto do mesmo ano.

A Execução da Sentença foi promovida pelo patrono da causa em novembro de 2009, na qual apresentou o montante do indébito a ser repetido e qual seria a parcela devida a título de honorários contratuais e de sucumbência.

Nessa ação, a União passou a discutir somente a possibilidade de se destacar os honorários contratuais, juntamente com os de sucumbência, não questionando o montante condenatório (base de cálculo do indébito), que por sua vez restou incontroverso, não podendo haver mais nenhuma discussão quanto a certeza e liquidez do crédito apresentado pela autora da ação.

Diante desse fato, a Companhia em fevereiro de 2012 ingressou nos autos dessa Execução pleiteando o pagamento do indébito por via de precatório. Aguarda-se manifestação da União quanto ao ingresso da Companhia no processo.

(c) Precatório da Telefunken

Em janeiro de 2011 foi expedido o Precatório da Telefunken (ação que pleiteava a repetição do indébito da contribuição para o FINSOCIAL), no valor de R\$1.779.860,66.

Ato subsequente foi expedido Auto de Penhora no rosto dos autos do precatório. Dessa forma, o precatório está bloqueado aguardando a liberação das penhoras sofridas nos autos das Execuções Fiscais nos. 2008.32.00.005640-2 e 2008.32.00.002185-0.

(d) Taxa da Suframa

Durante o ano de 2011, mais especificamente em 30.6.2011, foi proferida decisão pelo Supremo Tribunal Federal ("STF") negando provimento, por unanimidade de votos, ao Recurso Extraordinário n. 556854 interposto pela Superintendência da Zona Franca de Manaus – SUFRAMA, relativamente a Ação Ordinária de Repetição de Indébito n. 2001.32.00.000903-7 interposta

Notas Explicativas

pela IGB objetivando fosse reconhecido o direito à repetição dos valores indevidamente por ela recolhidos a título de taxa (Taxa SUFRAMA) no período de 5.6.1991 a 14.12.1999.

Em 11.11.2011, verificou-se o trânsito em julgado no STF da mencionada decisão.

O processo foi então remetido ao Superior Tribunal de Justiça para julgamento do prazo decadencial, após o trânsito em julgado da sentença em 27/09/2012 que favoreceu a IGB ingressamos com a fase de execução da sentença em 30/11/2012, distribuída para a 1ª Vara da Justiça Federal de Manaus sob o nº 0018282-07.2012.4.01.3200. A Procuradoria da Suframa opôs os componentes Embargos à Execução, sendo que o Juízo determinou a respectiva manifestação da empresa através de decisão publicada em 05/06/2013. O prazo para manifestação é de 10 (dez) dias, expirando em 17/06/2013. Em 14/06/2013 a empresa protocolizou sua impugnação aos embargos à execução apresentado pela Procuradoria da Suframa, defendendo que o valor devido é aquele informado na ação de execução. Após apreciação da petição apresentada pela empresa, em 02/07/2013 o juiz determinou à remessa dos autos foram remetidos ao setor elaboração de cálculos. Em 12/09/2013 os autos foram devolvidos ao cartório. Atualmente os autos aguardam juntada dos cálculos elaborados pela Contadoria Judicial para posterior manifestação das partes.

6. Outros valores a receber

Outras contas a receber - CP

	Controladora		Consolidado	
	2.013	2.012	2.013	2.012
Curto prazo				
Aluguéis a receber	213	1.116	213	1.116
Adiantamentos de folha de pagamento	10	7	10	7
Outros (b)	135	805	135	805
	358	1.928	358	1.928
<u>Outros ativos circulantes</u>				
Adiantamentos a fornecedores (a)	362	247	362	247
Adiantamentos de folha de pagamento	0	2	0	2
	362	249	362	249

(a) **Adiantamento a fornecedores**

Em 2011 refere-se a pagamento de comissão feito a maior do que o devido em contrato com empresa especializada em recuperação de créditos. Esses créditos serão compensados com créditos futuros dessa empresa por força de contrato. Posterior a isto os

Notas Explicativas

saldos existentes são antecipações de serviços a serem executados.

(b) Outros

Créditos a receber de Oliva Pinto Logística Ltda. referente a contrato firmado de cessão onerosa de direitos e benfeitorias.

7. Partes Relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 30 de Setembro de 2013 e de 31 de Dezembro de 2012, bem como as transações que influenciaram os resultados dos exercícios findos naquela data, relativos às operações com partes relacionadas decorrem de transações entre a sociedade e suas controladas e seus controladores.

Partes relacionadas - Ativo

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Longo prazo				
Cia. Tilestar – Mútuo (a)	0	111.752	111.752	111.752
Provisão perdas – Mútuo	0	(111.752)	(111.752)	(111.752)
Investo – Participações(a)	0	188.883	0	188.883
Provisão perdas Investimento	0	(188.882)	0	(188.882)
Mits Empreendimentos(b)	67	166	67	166
Skurge Participações (c)	412	320	412	320
Demais – Mútuo	12	8	12	8
	491	495	491	495

Partes relacionadas - Passivo

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Longo prazo				
Eurobonds (a)	0	292.254		0
Prov.retificadora eurobonds(a)	0	(292.253)		0
NPG Adm e Participações	11.375	10.254	11.375	10.254
HAG (e)	1.468	0	1.468	0
CBTD (f)	180	0	180	0
	13.023	10.255	13.023	10.255
Líquido	12.532	9.760	12.532	9.760

Notas Explicativas

(a) Os investimentos em empresas controladas no Brasil e no exterior são avaliados pelo método de equivalência patrimonial com base nos respectivos patrimônios líquidos apurados na mesma data. A Companhia Tilestar S.A é uma empresa controlada pela IGB e pela qual está sem operação desde 2.008 e assim foi constituído a provisão para perda de mútuo e a provisão retificadora sobre ágio participações e para o eurobonds.

As importâncias mutuadas são decorrentes de:

(b) Destinado ao pagamento das sublocações da mutuante em imóveis locados pela mutuaria, conforme contrato de sublocação.

(c) Fim específico de liquidar débitos sub-rogados.

(d) Fim específico para suprir o fluxo de caixa pela controladora.

(e) Fim específico para suprir o fluxo da mutuária.

(f) Nota de débito ref. despesas.

8 Imposto de renda e contribuição social diferidos

A Sociedade reconheceu créditos tributários, os quais não estão sujeitos a prazos prescricionais, decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social. Os créditos estão consubstanciados na expectativa de lucros tributáveis futuros, baseados no plano de recuperação extrajudicial com credores, parcelamento de impostos e arrendamento da marca Gradiente à CBTD, conforme apresentado em detalhes nas notas explicativas N° 2g, N° 10 e N° 16.

	PREJUÍZO FISCAL	BASE NEGATIVA
	745.632	772.403
Utilizado no REFIS	<u>47.550</u>	<u>0</u>
	<u>698.082</u>	<u>772.403</u>
PF 2010	19.444	19.444
PF 2011	18.857	18.857
PF 2012	14.447	14.447
PF 2013	49.653	49.653
ESTOQUE	<u>800.483</u>	<u>874.804</u>

Notas Explicativas

IRPJ e CSLL Diferidos	202.257	79.500	
Contabilização No Patrimônio Líquido			Totais
até 2012	187.708	74.263	261.971
No Resultado do Exercício			
2013	14.549	5.237	19.786
IRPJ e CSLL Diferidos	202.257	79.500	281.757

A estimativa de recuperação do ativo fiscal diferido de imposto de renda e contribuição social é conforme a seguir:

	Controladora Consolidado	
Até 01 ano		
de 01 a 02 anos	22.541	22.541
de 02 a 03 anos	47.899	47.899
de 03 a 05 anos	50.716	50.716
de 05 a 07 anos	61.986	61.986
de 07 a 10 anos	98.615	98.615
IRPJ e CSLL Diferidos	281.757	281.757

9 Imobilizado**Custo Atribuído**

A Sociedade efetuou uma análise de todas as classes do ativo imobilizado para fins de adoção do custo atribuído (deemed cost). Os valores justos utilizados nesta adoção foram ajustados nos saldos de abertura com efeito registrado a partir de 1º de janeiro de 2010.

A seguir apresentamos a movimentação consolidada do ativo imobilizado:

		2.013			2.012		
	Taxa depr. Anual - %	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual	Custo corrigido	Depreciação acumulada	Valor residual
Terrenos		25.608		25.608	25.608		25.608
Edifícios	4	60.192	(17.606)	42.586	60.192	(15.800)	44.392
Máquinas e equipamentos	4	32.554	(24.110)	8.444	32.554	(23.134)	9.420
Móveis e utensílios	10	5.374	(5.372)	2	5.374	(5.372)	2
Equipamentos de	24	36.746	(36.746)	0	36.746	(36.746)	0

Notas Explicativas

informática							
Aparelhos e instrumentos	12	12.403	(12.403)	0	12.403	(11.834)	969
Ferramental	13	15.698	(15.698)	0	15.698	(15.698)	0
Instalações	10	15.097	(10.493)	4.604	15.097	(9.360)	5.737
		203.672	(122.428)	81.244	203.672	(117.944)	85.728
0							
Intangível	16	94	0	94	94	0	94
		94	0	94	94	0	94
		203.766	(122.428)	81.338	203.766	(117.944)	85.822

O Contrato de Arrendamento de bens celebrado com a CBTD abrange 12% de terrenos, edifícios e instalações; a totalidade das contas de máquinas e equipamentos; móveis e utensílios; equipamentos de informática; aparelhos de instrumentos. Não abrange a conta ferramental.

10. Credores

		Controladora		Consolidado	
		30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Curto prazo					
Nacionais	(a)	4.000	3.652	4.004	3.655
Outras obrigações a pagar	(b)	210	1.552	210	1.552
		4.210	5.204	4.214	5.207
Longo prazo					
Fornecedores Nacionais	(d)	183.864	195.175	183.864	195.175
Fornecedores Internacionais	(d)	52.686	14.455	52.686	14.455
Empréstimos e financiamentos	(d)	257.619	223.571	257.619	223.571
Processos RF e PGFN	(c)	95.367	93.621	95.446	93.689
Previdenciário	(c)	2.949	2.824	2.949	2.824
		592.485	529.646	592.564	529.714

Notas Explicativas

(a) Credores nacionais a pagar no curto prazo

(b) Outras obrigações a pagar está composto por valores recebidos antecipadamente de locatários.

(c) A Sociedade optou por aderir ao programa de parcelamento de Débitos Federais, Intitulado REFIS IV, definido pela Lei nº 11.941/09, tendo em vista as condições favoráveis deste. A adesão foi efetuada tanto para débitos que se encontravam parcelados em programas anteriores, bem como para novos débitos, no dia 13 de agosto de 2.010. A adesão abrangeu as contribuições previdenciárias, débitos junto a Recita Federal e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional.

O parcelamento foi realizado em 180 meses, com redução de 60% nas multas de mora, 25% nos juros e 100% nos encargos legais.

Em junho de 2011 a Receita Federal do Brasil efetuou a consolidação parcial dos débitos apontados pela companhia, a parcela não consolidada é objeto de pedido administrativo. Atualmente a companhia cumpre com o pagamento das parcelas do REFIS já consolidada e aguarda a consolidação da parcela restante.

(d) Credores - LP – Incluem os créditos do Plano de Recuperação Extrajudicial

No dia 24 de setembro de 2009, foi firmado o Plano de Recuperação Extrajudicial da IGB com seus credores (bancos e fornecedores), representando mais de 67% de sua dívida total. Nesse acordo ficou estabelecido o plano de alongamento da dívida da IGB estabelecimento de novos prazos e condições para pagamento do saldo devedor.

O “Plano de Recuperação Extrajudicial” da “Gradiente” doravante denominado simplesmente “Plano” foi protocolado em Juízo no dia 09 de Dezembro de 2.009 e homologado na Justiça em 24 de maio de 2010.

Em 23 de março de 2011, foi firmado com os credores um aditamento ao ‘Plano’, que contou com a adesão de credores que representam mais de 67% dos créditos, que atualiza os prazos e condições de pagamento.

O aditamento foi juntado aos autos do processo de Recuperação Extra Judicial nº 100.09.346208-4 na 2ª. Vara de Falência e Recuperação Extra Judicial de São Paulo, passando a integrar o ‘Plano’ e com isto levado ao conhecimento de todos os credores sujeitos ao efeito do ‘Plano’.

O aditamento contém disposições gerais que definem eventual alteração no prazo de pagamento (antecipação ou postergação) condicionados ao EBTDA

Notas Explicativas

e caixa mínimo da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital – CBTD que pagará diretamente os credores por conta e ordem da IGB Eletrônica S/A.

Este aditamento determina, ainda, que o saldo devedor será pago aos credores abrangidos pelo 'Plano':

“ 2.1.1. Para credores com valores superiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de Reais):

a) Prazo de carência de 24 (vinte e quatro) meses a contar da data em que ocorrer a capitalização da companhia, prevista no item 6.1.b da presente, observada a data limite de 30.06.2011. Os valores dos créditos, apurados em 21 de setembro de 2009, passarão a ser corrigidos a partir da mesma data em que começar a correr o prazo de carência, pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, serem utilizados os índices da Taxa Referencial –TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano. Durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente, sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor que será pago na forma disposta no item “b” deste subitem;

b) Findo o prazo de carência o saldo devedor será dividido em 28 (vinte e oito) parcelas iguais, trimestrais e sucessivas, a serem pagas no prazo de 07 (sete) anos. Cada parcela será acrescida de sua correspondente atualização monetária calculada pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano. Na hipótese de impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial –TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano.

2.1.2. Para credores com valores inferiores a R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais):

a) Os credores de valores até R\$ 1.000,00 (mil reais) deverão ser pagos, em parcela única, até 1º de Julho de 2.010. Esta etapa já foi realizada.

b) Os credores de valores acima de R\$ 1.000,00 (mil reais) até R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) deverão ser pagos em parcela única até 30 de junho de 2.013; e

c) Os credores de valores acima de R\$ 20.000,00 (vinte mil reais) até R\$ 1.000.000,00 (um milhão de reais) deverão ser pagos em 3 (três) parcelas iguais até 30 de junho de 2.013, 30 de junho de 2.014 e 30 de junho de 2.015

Notas Explicativas

d) Esses créditos, apurados em 21 de setembro de 2009, passarão a ser corrigidos a partir da data em que ocorrer a capitalização da companhia, prevista no item 6.1.b da presente, observada a data limite de 30.06.11 pelos índices dos Certificados de Depósitos Interbancários – CDI -, apurados pela Central de Custódia e de Liquidação Financeira de Títulos – CETIP, acrescidos de juros à taxa de 0,67% (sessenta e sete centésimos por cento) ao ano, durante o período de carência esses encargos serão calculados semestralmente sendo o valor encontrado incorporado ao saldo devedor. Cada parcela será paga acrescida de sua correspondente atualização monetária, calculada na forma supra mencionada ou, na hipótese de haver a impossibilidade da utilização desses índices, seja por sua extinção ou por convenção entre as partes, poderão, alternativamente, ser utilizados os índices da Taxa Referencial –TR-, acrescidos de juros à taxa de 10% (dez por cento) ao ano.”

11. Obrigações Sociais e Trabalhista

	Controladora		Consolidado	
	30/09/2013	31/12/2012	30/09/2013	31/12/2012
Curto prazo				
Salários	0	0	0	(
Encargos Sociais	16.818	11.929	16.887	12.274
Provisões	2.868	349	2.868	349
	19.686	12.278	19.755	12.623

Encargos Sociais são verbas de INSS, FGTS, Contribuição Sindical e SESI - Senai a recolher

12. Obrigações fiscais

	Controladora		Consolidado	
	2.013	2.012	2.013	2.012
Curto prazo				
PIS e COFINS	1.266	1.058	1.266	1.058
ICMS	7.436	7.148	7.706	7.397
IPI	503	474	503	474
IRRF	3.653	3.358	2.653	3.453
Outros	15.216	11.112	16.252	11.134
	28.074	23.150	28.380	23.516

13. Provisão para Garantia de Produtos

Controladora		Consolidado	
2013	2012	2013	2012

Notas Explicativas

Curto prazo				
Provisão para Garantia	<u>1.464</u>	<u>1.414</u>	<u>1.464</u>	<u>1.414</u>
Longo prazo				
Provisão para Garantia	<u>5.877</u>	<u>5.655</u>	<u>5.877</u>	<u>5.655</u>
	<u>7.341</u>	<u>7.069</u>	<u>7.341</u>	<u>7.069</u>

Provisão constituída por valores indenizatórios referente a processos de consumidor via PROCON e JEC com o percentual avaliado como procedente, estimado como o maior valor que a Cia. poderá vir a desembolsar.

14. Provisão para contingências

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia e suas controladas possuíam processos de natureza tributária e trabalhista, decorrentes do curso normal de seus negócios. As respectivas provisões para contingências foram constituídas para processos, cuja possibilidade de perda foi avaliada como provável, com base na estimativa feita pelos assessores jurídicos externos da Companhia. Dessa forma, constituiu provisão para perdas em valores considerados suficientes para cobrir eventuais desfechos desfavoráveis.

			Controladora			
			2013			
	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido
Tributários	5.317	(156.395)	(107.640)		(124.989)	(124.989)
Trabalhistas	91	(18.636)	(24.552)	9.987	(11.838)	(11.838)
Cíveis		(10.761)	(10.564)		(10.470)	(10.470)
	5.408	(185.792)	(142.756)	9.987	(147.297)	(147.297)

			Consolidado			
			2013			
	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido	Depósitos Judiciais	Provisão p/ Contingências	Passivo Líquido
Tributários	5.317	(156.905)	(107.842)		(127.605)	(127.605)
Trabalhistas	91	(21.728)	(26.966)	9.987	(11.838)	(21.149)

Notas Explicativas

Cíveis	<u>5.408</u>	<u>(10.761)</u>	<u>(10.564)</u>	<u>9.987</u>	<u>(10.470)</u>	<u>(10.470)</u>
		(189.394)	(145.372)		(126.357)	(159.224)

Os processos tributários têm como principal ação, a provisão para contribuição social sobre o lucro líquido, referente à compensação a maior de base de cálculo negativa de 31 de outubro de 1994, exclusão indevida de resultados declarados em 31 de dezembro de 1995 e de 1996 de bases de cálculos negativas referente a prejuízos anteriores a 1992.

Os processos trabalhistas correspondem a processos trabalhistas principalmente relacionados a reclamações de horas extras e reflexos, diferenças de verbas rescisórias e reconhecimento de vínculo empregatício.

16. Arrendamento

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Realizável - LP				
Títulos a Receber	<u>74.463</u>	<u>53.611</u>	<u>74.463</u>	<u>53.611</u>
Exigível - LP				
Receitas Diferidas	<u>74.463</u>	<u>53.611</u>	<u>74.463</u>	<u>53.611</u>

Como previamente informado, a reinserção da marca "Gradiente" no mercado brasileiro de eletrônica de consumo ("Projeto") dar-se-á por meio da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital ("CBTD"), arrendatária da marca "Gradiente" e de outros ativos da IGB (máquinas, equipamentos e determinados imóveis), que explorará as atividades decorrentes das novas oportunidades de negócio naquele setor. Os recursos provenientes deste arrendamento quitarão diretamente o valor de R\$ 439,6 milhões contabilizado na conta credores no passivo (exigível de curto e longo prazo) da Companhia. Vide nota 2 letra g.

17. Capital Social

Em 31 de março de 2012, o capital social autorizado pelo Conselho de Administração era de R\$ 41.000, sendo totalmente subscrito e integralizado, dividido em 12.504.967 (doze milhões, quinhentos e quatro mil novecentos e sessenta e sete) ações, sendo composto por ações escriturais, sem valor nominal, assim distribuídas:

<u>Classe</u>	<u>2.013</u>	<u>2.012</u>
	<u>Quantidade</u>	<u>Quantidade</u>
Ordinárias	<u>12.504.967</u>	<u>12.504.967</u>
	<u>12.504.967</u>	<u>12.504.967</u>

Notas Explicativas

Todas as ações participam em igualdade de condições em todos os benefícios, incluindo dividendos e eventuais remunerações de capital, que porventura venham a ser deliberados pela Companhia

18. Ajuste de Avaliação Patrimonial

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Ajuste de Avaliação Patrimonial	3.687	3.746	3.687	3.746

Valor contrapartida dos ajustes iniciais referente a implantação do IFRS.

19. Despesas Gerais e Administrativas

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Gastos com Pessoal	1.613	2.278	1.613	2.278
Prov. p/ Créditos de Liq. Duvidosa	0	0	0	0
Prest. Serviços (Advocacia, Consultores, outros)	1.631	6.384	1.631	6.384
Depreciação	2.120	6.175	2.120	6.175
Gastos Gerais	26	1.613	26	1.613
	5.390	19.042	5.390	19.042

São gastos gerais operacionais do exercício.

20. Receitas e despesas financeiras

	Controladora		Consolidado	
	2.013	2.012	2.013	2.012
Receitas				
Variações cambiais e monetárias	463	18.689	463	18.689
Juros ativos	0	979	0	979
Juros sobre impostos a recuperar	0	0	0	0
Juros sobre contratos de mútuo	0	0	0	0
Outros	0	7	0	7
	463	19.675	463	19.675
Despesas				
Variações cambiais e monetárias	25.642	37.010	25.642	37.010
Reversão Variação cambial	0	0	0	0
Juros e encargos sobre empréstimos	44.050	39.639	44.050	22.939
Juros com impostos	125	10.206	125	10.206

Notas Explicativas

Juros passivos		1		1
Despesas bancárias com cobrança e diversas	1	198	1	198
	69.818	87.055	69.818	70.354

21. Outras despesas e receitas operacionais líquidas

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2.013</u>	<u>2.012</u>	<u>2.013</u>	<u>2.012</u>
Despesas				
Impostos e Contribuições s/ Outras	0	0	0	0
Provisões para estoques obsoletos	0	0	0	0
Provisões Contingências	0	0	0	0
Outras despesas	0		0	
	0	0	0	0
Receitas				
Aluguéis	2.758	14.644	2.758	14.644
Outras receitas	25	0	25	0
	2.783	14.644	2.783	14.644

22. Fatores de risco de mercado

As atividades da Companhia e de suas controladas compreendem receitas provenientes de Royalties – arrendamento de marca e equipamentos e locação e administração de imóveis industriais e comerciais. Os principais fatores de risco de mercado que afetam o negócio podem ser assim descritos:

(a) Contrato de Arrendamento:

Não pagamento do Contrato de Arrendamento por parte da Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A “CBTD”

O Contrato de Arrendamento celebrado entre a IGB Eletrônica S.A e a Companhia Brasileira de Tecnologia Digital S.A foi aprovado através de assembléia de acionistas da companhia. Os prazos de pagamento do Contrato de Arrendamento estão casados com os prazos de pagamento dos credores da IGB conforme Aditamento ao Plano de Recuperação Extrajudicial.

(b) Contratos de Locação:

Atraso, rescisão ou inadimplência nos Contratos de Locação pelas locatárias dos imóveis.

Notas Explicativas

23. Cobertura de seguros

A cobertura de seguros parcial para os bens do ativo imobilizado são realizadas pelos locatários dos imóveis a favor da companhia. As coberturas de seguros existentes são consideradas pela administração como suficientes para cobrir eventuais sinistros.

24. Auditoria externa

Nos termos da Instrução CVM No. 381/2003 informamos que a IGB Eletrônica S.A. contratou a BC Control Auditores Independentes para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. Adicionalmente, cabe mencionar que a BC Control não prestou outros serviços diretamente vinculados à auditoria das demonstrações contábeis. A nossa prática na contratação de serviços de auditores independentes visa assegurar que não haja conflito de interesses, perda de independência ou objetividade.

Pareceres e Declarações / Relatório da Revisão Especial - Sem Ressalva

Ilmos. Srs.

Administradores e Acionistas da

IGB ELETRÔNICA S.A.

RELATÓRIO SOBRE A REVISÃO DE INFORMAÇÕES TRIMESTRAIS

Revisamos as informações contábeis intermediárias, individuais e consolidadas, da IGB ELETRÔNICA S.A., contidas no Formulário de Informações Trimestrais – ITR referente ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2013, que compreendem o balanço patrimonial e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o trimestre findo naquela data, incluindo as notas explicativas.

A administração é responsável pela elaboração das informações contábeis intermediárias individuais de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 – Demonstração Intermediária e das informações contábeis intermediárias consolidadas de acordo com o CPC 21 e com a norma internacional IAS 34 – Interim Financial Reporting, emitida pelo International Accounting Standards Board – IASB, assim como pela apresentação dessas informações de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários, aplicáveis à elaboração das Informações Trimestrais - ITR. Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas informações contábeis intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade e ISRE 2410 - Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity, respectivamente). Uma revisão de informações intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, conseqüentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Conclusão sobre as informações intermediárias individuais

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias individuais incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 aplicável à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Conclusão sobre as informações intermediárias consolidadas

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as informações contábeis intermediárias consolidadas incluídas nas informações trimestrais acima referidas não foram elaboradas, em todos os aspectos relevantes, de acordo com o CPC 21 e o IAS 34 aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR, e apresentadas de forma condizente com as normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários.

Outros assuntos

Informações intermediárias do valor adicionado

Revisamos, também, as informações intermediárias do valor adicionado (DVA), individuais e consolidadas, referentes ao trimestre findo em 30 de Setembro de 2013, cuja apresentação nas informações intermediárias é requerida de acordo com as normas expedidas pela CVM - Comissão de Valores Mobiliários aplicáveis à elaboração de Informações Trimestrais - ITR e considerada informação suplementar pelas IFRS, que não requerem a apresentação da DVA. Essas demonstrações foram submetidas aos mesmos procedimentos de revisão descritos anteriormente e, com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que não foram elaboradas, em todos os seus aspectos relevantes, de acordo as informações contábeis intermediárias individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Ênfases

As demonstrações contábeis da IGB Eletrônica S.A. (Controladora) e demonstrações contábeis dessa Companhia e de suas controladas foram preparadas no pressuposto de continuidade dos negócios das Companhias. Atualmente, em andamento o Projeto de Reestruturação da Gradiente, atual IGB Eletrônica, e a celebração do Contrato de Arrendamento com a investida CBTD, a IGB passa a atuar essencialmente como administradora de bens. Com as receitas futuras oriundas do arrendamento de bens do imobilizado, da marca Gradiente e outras receitas extraordinárias apresentadas na Nota Explicativa nº 02, item g, haverá ao longo dos próximos nove anos, a amortização de R\$ 440 milhões do Passivo da IGB Eletrônica S.A., A continuidade da companhia está na dependência da realização destas receitas e do resultado financeiro da investida CBTD.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 08, a Companhia reconheceu créditos tributários decorrentes de prejuízos fiscais e bases negativas da contribuição social no valor de R\$ 281.757mil, sendo tais créditos consubstanciados na expectativa de lucros tributáveis futuros, conforme fundamentado por Estudo de Viabilidade efetuado por empresa independente contratada pela companhia e previsto na Instrução CVM No.371/02. A realização do crédito tributário registrado está na dependência do sucesso do plano apresentado neste estudo e ainda sujeita a possíveis questionamentos quanto ao montante pela Secretaria da Receita Federal.

Conforme apresentado na nota explicativa nº 05, a Companhia, baseada nas informações de seus assessores jurídicos, reconheceu o ganho do valor de R\$324.893mil, que deixou de ter tratamento de ativo contingente para ganho praticamente certo conforme previsto na Deliberação CVM No.594/09 e CPC 25.

São Paulo, 10 de Fevereiro de 2014.

Ivan Roberto dos Santos Pinto Júnior

Contador

CRC RS- 058252/O-1 "S" AM